

A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE PRÓPRIA



EMANUELA ALVES DE ASSIS MIRANDA

Formada em Pedagogia, com licenciatura plena, atuou na área da educação há 10 anos, acumulando vasta experiência em alfabetização e é professora de ciências no estado de São Paulo. Trabalha com projetos na Educação Integral, no ciclo Fundamental I, com cargos efetivos no Estado e na Prefeitura de São Paulo. Atualmente, professora dos anos iniciais e na EMEF Senador Teotônio Vilela.

RESUMO

Diante da problemática que é o alto índice de crianças analfabetas em idade escolar e inseridas na escola, abordaremos algumas de suas causas e suas implicações na nossa sociedade. Este artigo virá esclarecer algumas dúvidas e questionamentos quanto às intervenções das instâncias de poder (instâncias governamentais), políticas públicas para suprir a necessidade da demanda de oferta, acesso e permanência desta criança na escola, além disso a garantia de uma educação de qualidade prevista na Constituição Federal (1988).

PALAVRAS-CHAVE: Acesso Permanência e Qualidade Da Educação.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo identificar e definir alguns problemas acerca da alfabetização na idade própria, seus efeitos e consequências quando não adquiridos nesta fase, objetivamos também apontar algumas intervenções governamentais para a diminuição do alto índice de crianças analfabetas nas séries iniciais. Explicitaremos alguns aspectos que obtiveram falhas e sucessos em questão da alfabetização, discutiremos sobre qualidade, acesso e permanência no início da educação básica (as séries alfabetizadoras). Para isso buscamos responder as seguintes perguntas:

Por que as crianças não são alfabetizadas durante a educação básica (ensino fundamental)? Quais são suas causas e implicações?

Questão de suma importância para o desenvolvimento da educação no nosso país. A

Presidente Dilma demonstrou sua preocupação na determinação do “Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.” Entre alguns fatores que podem contribuir para o fracasso escolar, destacamos três: o despreparo da escola para alfabetizar, a má formação do professor e as precárias condições de vida das famílias dessas crianças. Onde estaria a causa do fracasso desses alunos? A escola estaria falhando em seus métodos? Ou seria precária a formação do professor? A família, com suas formas de desagregação e suas difíceis condições de vida, poderia ser responsabilizada?

A qualidade de ensino é muitas vezes associada a professores dentro de sala de aula, uma afirmação extremamente equivocada, pois não haverá necessariamente qualidade só por haver professor na classe, existem outros diversos fatores envolvidos muito mais amplos e complexos a serem discutidos.

Assim tornando mais claro para todos um tema atual que interfere diretamente no desenvolvimento da nossa sociedade.

FRACASSO NA ALFABETIZAÇÃO

Segundo Soares (2011), a alfabetização é um conceito demasiado amplo (muitas vezes até mesmo ultrapassando os limites do mundo e da escrita), ou, ao contrário, atribui-se a ela um conceito excessivamente restrito (a mera codificação de fonemas e decodificação de grafemas).

O fracasso Escolar, está e esteve presente em diversas discussões sobre educação, mas afinal por que nossas crianças fracassam na escola tão cedo? Há diferentes fatores envolvidos, como cita Soares acima, porém muito se fala mais pouco se faz a respeito; no decorrer deste capítulo explicitaremos alguns deles, desde acesso permanência até qualidade da educação e assim entendermos melhor porque isso ocorre com tanta frequência. O Brasil que ocupava a 76° caiu para 80° posição no ranking de monitoramento das metas globais que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Esse relatório analisa dados sobre as matrículas no 1° segmento do ensino fundamental, analfabetismo de jovens e adultos, repetência e evasão escolar e paridade entre gêneros no acesso à escola. O relatório aponta também para o fato do Brasil ser o único país da América Latina com mais de 500 mil crianças em idade escolar fora da escola.

ACESSO

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” O Art 205 da Constituição Federal citado acima Garante o Acesso à Educação como um direito de todo cidadão brasileiro e dever de oferta do Estado, tendo assim pergunto lhes, por que existem tantas crianças fora da escola? Dados da UNICEF (Fundo das nações unidas para a infância) apontam que 3,7 milhões de crianças entre 4 e

17 anos (Idade própria da Educação Básica, Obrigatória) estão fora da escola. Índice extremamente alto que mostra o quão frágil está a situação do acesso à educação no nosso País.

Muitas vezes acreditamos que o problema está longe de nós, porém sabemos que os números são irrefutáveis e eles nos mostram o quão perto está e a gravidade deste problema, mas afinal onde o poder público está errando? Algumas intervenções do governo nós já conhecemos como O programa de Transporte Escolar Gratuito - TEG - foi criado pela Prefeitura de São Paulo em 23 de dezembro de 2003 e seu principal objetivo é garantir o acesso seguro à escola a alunos carentes matriculados na rede municipal ensino fundamental e educação infantil. Porém os critérios para a escolha das crianças que usufruirão do benefício são muitos subjetivos serão priorizados: portadores de necessidades especiais; com problemas crônicos de saúde; de menor faixa etária; de menor renda familiar; que residam a uma maior distância da escola, de acordo com a necessidade as coordenadorias estarão a este cargo.

Essas intervenções do governo não devem cessar, devemos pensar em alternativas, políticas públicas para suprir a necessidade e a demanda desta classe e diminuir esses índices que são gritantes. “Muitos acreditam que fracasso escolar significa alunos com dificuldades para aprender e que não conseguem acompanhar os programas escolares. Porém, fica cada vez mais claro que o fracasso escolar deve ser entendido, acima de tudo, como a grande dificuldade que a escola tem para ensinar”, resume o especialista em seu estudo sobre alfabetização com crianças em escolas públicas de São Paulo.

PERMANÊNCIA

A questão da permanência da criança na escola vem em decorrência ao acesso, pois não basta somente garantir o acesso, está criança deve permanecer na escola, veremos que são termos indissociáveis. Um dos famosos programas que viabilizam essa permanência é o Programa Leve leite, criado pela Prefeitura de São Paulo em 1995 e mantido até hoje, com a intenção e o objetivo de diminuir os efeitos da pobreza sobre a saúde e desenvolvimento da criança, combatendo a desnutrição e auxiliando no desenvolvimento integral desta criança, assim ao chegar a escola, o educando terá plena condição de desenvolver se cognitivamente, além de garantir a frequência deste aluno pois só assim receberá o benefício. Estes são programas, e intervenções mediadas por políticas públicas para suprir a grande demanda de crianças pertencentes a rede pública, o nosso grande desafio será mudar esse jogo nem que minimamente para assim efetivamente cumprirmos o que diz a nossa constituição: “Educação dever do Estado, Direito de Todos” Essas crianças não conseguem aprender uma vez que a escola não realiza práticas pedagógicas que desenvolvam as estruturas cognitivas para a leitura e a escrita; a incompreensão da leitura e da escrita de forma interdisciplinar na formação do professor, e também as condições de vida das famílias dessas crianças, influenciam na aprendizagem desses alunos. No livro, Silvia Colello considera que a alfabetização não pode ser vista meramente como a transmissão mecânica da habilidade de ler e escrever. Antes, deve estar relacionada com a mais ampla formação do aluno e sua inserção na sociedade em que vive. Para isso, é necessário recorrer às concepções de língua, de ensino e de aprendizagem que, trazidas à luz por pesquisadores de várias áreas do conhecimento – como a

linguística, a sociologia e a psicologia -, contribuem para a prática pedagógica.

De acordo com Silvia, quando a língua é tomada como um código fixo ou um mecanismo de expressão – a mera transposição de uma ideia para o papel -, a escrita passa a ser concebida como um objeto monológico e inflexível, desvinculado dos propósitos comunicativos e do contexto da interlocução. “Na autonomia do texto que, uma vez fixado em um suporte (tela ou papel), supostamente se explica por si só, há um inevitável processo de exclusão do leitor, como se de fato ele não fizesse parte da situação comunicativa ou da construção de sentidos”, escreve a professora. “As consequências dessa condição aparecem com frequência na forma de descomprometimento do aluno, dificuldades de aprendizagem, prejuízo dos hábitos de leitura, rejeição ao status de leitor e escritor (como é o caso do ‘aluno copista’), analfabetismo de resistência, fracasso escolar e práticas linguísticas limitadas que sustentam o analfabetismo funcional.”

Uma prática bem diferente dessa concepção se dá quando a escrita é vista como “manifestação discursiva”, que acontece numa “situação de encontro e de interação”, como sugerido pelo pensador russo Mikhail Bakhtin (1895-1975). “Nesse caso, a língua se constitui na relação entre pessoas que, pela negociação de sentidos, participam ativamente da construção linguística, entendendo-a como espaço de efetiva comunicação”, explica Silvia. “Admitir a natureza dialógica da escrita põe em evidência sua dimensão sociocultural, isto é, o fato de que ler e escrever só fazem sentido em um universo contextualizado, em função de determinadas condições de produção e de interpretação.” Para a professora, as práticas de escrita são legitimadas por “propósitos sociais” e pelos “modos do dizer historicamente situados”. Daí que, mais do que aprender o funcionamento do sistema da escrita, é necessário “aprofundar a inserção do sujeito no contexto das práticas letradas do seu mundo”.

O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA E SUA INFLUÊNCIA NA QUALIDADE ESCOLAR

A preocupação com a alfabetização é universal pelos líderes do nosso País, recentemente a Presidente Dilma lançou o “Pacto nacional pela alfabetização na idade certa” que teria como seu principal objetivo garantir que ocorra efetivamente a apropriação da leitura e escrita até os oito anos de idade, 3º ano do Ensino Fundamental, ou seja que todas as crianças devem estar alfabetizadas até esta idade limite de oito anos, o Pnaic (Pacto Nacional pela alfabetização na idade certa) foi criado em novembro de 2012 e conseguiu a adesão de mais de 90% dos municípios, foi firmado pelo Governo Federal, Prefeituras, governos Estaduais e Distrito Federal, esta medida governamental terá o investimento de 2,7 bilhões em capacitação, materiais didáticos, e bolsas para Professores Alfabetizadores.

A presidente destacou a importância da alfabetização na idade certa para garantir a igualdade de oportunidades a todos os brasileiros. “O nosso compromisso é garantir que toda criança de até oito anos, que estuda em escola pública, tenha o domínio da leitura e da escrita, e conheça as primeiras operações matemáticas. Esse é o fundamento para se construir uma vida cidadã. É o ponto de partida para que todos os brasileiros tenham, quando chegar a hora, a oportunidade de

competir, sempre em igualdade de condições”, afirmou a Presidente, e ainda classificou a iniciativa como estratégica para o País, sendo decisiva na diminuição das desigualdades sociais e regionais.

um ensino que possa trazer o mundo para a sala de aula e, ao mesmo tempo, tornar a escola instância significativa no contexto de vida, professores capazes de lidar com diferentes caminhos de produção e interpretação, dialogando com seus alunos e ampliando os mecanismos de interação e comunicação, e atividades linguísticas baseadas na ampliação de competências do ouvir e falar, ler e escrever. “Nesse sentido, o desafio dos educadores na sociedade contemporânea, mais do que alfabetizar, é investir na constituição do sujeito leitor e escritor, incorporando na sua prática o significado político da formação humana.”

“Nós não podemos ficar insensíveis à questão da desigualdade social. Está em jogo o futuro do Brasil. A insuficiência de aprendizado das crianças brasileiras da escola pública está na raiz da desigualdade e da exclusão. Nosso País só poderá se orgulhar de dar oportunidade igual para todos se esse pacto for cumprido de uma forma sistemática e obsessiva”, completou.

Os apontamentos da Presidente são extremamente validos, contudo o problema é um pouco mais complexo, não basta somente capacitar professores, distribuir diversas bolsas para esses professores se aprimorarem, a capacitação e a reciclagem profissional do educador são importante sim, porém não podemos nos restringir a isto levando em conta que o nosso desafio é muito maior, os dados apontam que cerca de 11,5% de crianças entre oito e nove anos são analfabetas no Brasil, estendendo um pouco mais esta idade o problema fica ainda maior, o índice de crianças entre sete e catorze anos sobe para 87%.

Segundo Weisiz (1998), especialista em educação e coordenadora pedagógica do projeto Ler e Escrever de São Paulo, considera a meta proposta pelo governo de 8 anos bem ambiciosa e ainda acredita que o pacto não resolverá o problema das nossas crianças. Além de apontar que o precisaríamos de uma reformulação do sistema de educação pois para que essas crianças sejam alfabetizadas até a idade limite de 8 anos deveríamos ter uma pré-escola que auxiliasse o desenvolvimento integral desta criança para ter total condição de se apropriar efetivamente e de forma significativa da leitura e escrita.

A escola ideal está longe de ser atingida em qualquer país, mas o que fazer para mudar está realidade muitas vezes revoltante?! Devemos andar um passo de cada vez, mas não podemos esquecer da nossa responsabilidade e obrigação, principalmente nos como professores e educadores fazendo o melhor de nós. Os nossos alunos de hoje serão o futuro de amanhã e não um amanhã distante, mas um amanhã estreito e muito perto, que irá influenciar na sociedade que veremos em breve, serão cidadãos atuantes na sociedade que elegerão nosso governo, e tomarão os maiores cargos.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o Brasil tem em média 15,2% de crianças de 6,7 e 8 anos não alfabetizadas, cerca de 8 milhões de crianças dentro das escolas e em idade própria sem estarem alfabetizados, números já bem alarmantes, chegando em alguns municípios mais precários em 35% como em Alagoas e 34% como no Maranhão. O Pacto Nacional de educação na idade certa deve ao menos minimizar esses índices em uma visão mais

crítica diminuir essas discrepâncias e diferenças gritantes com relação a qualidade que existem da escola pública para a privada o que é um absurdo num país em desenvolvimento como o Brasil, devemos sim criar medidas, políticas para que aos poucos diminuamos essas diferenças e chegando num ponto onde todos se sentirão parte desta cultura escolar letrada, sintam se efetivamente cumprindo seus deveres mas também podendo reivindicar seus direitos de uma educação de qualidade como está previsto na nossa constituição Federal ,estarmos conscientes de que todos sem distinção nenhuma temos este direito dado por lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que esta pesquisa fosse efetivada levei em conta a pertinência e a importância do tema: Alfabetização na idade própria, além de minha total insatisfação com relação a alfabetização não ser prioridade no nosso País, essa insatisfação só me impulsionou e me incentivou a saber mais sobre. Esse panorama é resultado do grande número de alunos que chegam às escolas, mas não são alfabetizados. Esse fenômeno é encontrado em todo o Brasil. Por que os alunos não conseguem dominar os mecanismos de leitura e escrita? Por que outros apenas decodificam, mas não podem ler nem escrever de forma que a escrita seja um instrumento de inserção social? Por que a escola hoje está formando os analfabetos funcionais, que são em grande número em nosso país? Por que crianças sem nenhuma deficiência aparente não conseguem caminhar com sucesso na aquisição das habilidades necessárias para ler e escrever?

Muitos autores discursam e discutem sobre a importância da alfabetização na vida do cidadão, mas não vemos sugestões ou soluções para que o quadro de analfabetos ou mesmo dos analfabetos funcionais diminua, no desenvolvimento deste trabalho mostramos o quão grave está o problema apontando os índices de crianças analfabetas no Brasil, mais da metade das crianças matriculadas na escola no ensino fundamental e obrigatório não sabem ao menos ler e escrever, esta é a escola de qualidade prevista na nossa Constituição Federal?, Pois a definição de qualidade está bem longe disto.

Com todos esses questionamentos espero levar os leitores a um reflexão crítica em respeito a alfabetização e a qualidade da mesma, ao longo deste trabalho mostramos o quão importante é o indivíduo conter conhecimentos básicos da sua língua, ler, escrever e interpretar para se tornar um cidadão pleno que desenvolve a sua função dentro da sociedade, tem consciência de seus direitos e deveres Paulo Freire já dizia: A Educação é libertadora ,mas como mudar esta situação revoltante onde nossos alunos estão dentro da escola mas muitas das vezes não aprendem?! Existem metas e pactos a serem cumpridos e esperamos realmente que funcione de modo eficaz e significativo a ponto de melhorar esses índices absurdos de crianças analfabetas em idade escolar e consequentemente melhorando a educação no nosso país e tendo uma sociedade melhor ao longo desses anos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Legislação Superior**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_const.pdf Acesso 20 nov. 2022.

BRASIL. **Todos pela Educação**. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-emidia/noticias/23942/brasil-tem-37milhoes-de-criancas-e-jovens-fora-da-escola-mostra-unico-nicef/> Acesso 20 nov. 2022.

SOARES, Magda, **Alfabetização e letramento** (2011).

TEBEROSKY, Ana, **Aprender a Ler e escrever** (2003).

SÃO PAULO. **Transporte**. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/transportes/saiba_como_e_e_como_funciona/transporte_escolar_gratuito/index.php?p=3878 Acesso 20 nov. 2022.